

V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

DO CAOS DAS CIDADES HELÊNICAS ÀS FAVELAS

Continuidades e discontinuidades entre as práticas cidadãs¹

Bárbara Marques Figueiredo²

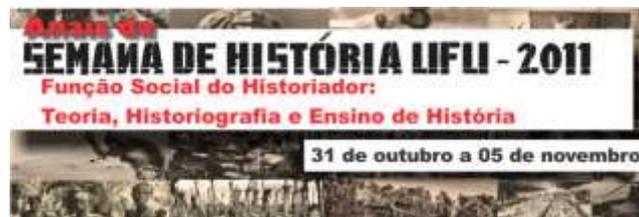
Resumo: Esse artigo visa discutir, a luz do historiador e urbanista Lewis Mumford (1998) questionar a concepção que atrela necessariamente o planejamento urbano e a idéia de racionalização e controle da vida social que, em última instância, acaba reduzindo os problemas relacionados ao retraimento da vida pública ou as formas de cidadania à questões de ordem técnica. Mumford permite resgatar essa questão sob o foco filosófico, histórico e urbanístico de modo inovador. Sua tese juntamente com os argumentos de Seabra sobre a relação entre a cidade e as formas de socialização que ela oferece as representações que seus habitantes fazem do espaço foi de grande valia para que pudéssemos fazer uma releitura das favelas e das possibilidades de emergirem formas de cidadania quando orientadas pelo ideal de um espírito livre e de experiências diversificadas que inspiravam as cidades helênicas.

Palavras-chave: Cidade. Cidadania. Favelas.

Falar sobre a cidade implica concebê-la dialeticamente. Isto é, entre a dialética da utopia e a cidade, esta última aparece com a expressão simbólica do imaginário. De um lado, a cidade é uma construção humana, social, que converge em representações materiais das quais o homem se apropria de meios para transformar a natureza e representações simbólicas e imaginárias daquilo que os homens idealizam como natureza em potencial de se realizar. Por outro lado, a cidade também condiciona como se darão as formas de sociabilidade daqueles que a construíram. Nesse sentido é preciso entender a formação das cidades como

¹ Trabalho inicialmente apresentado como requisito para a conclusão da disciplina “Memória Social e Cidade” ministrada pelo Professor Dr. João Marcos Além

² Graduando do 8º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bolsista do Programa de Educação Tutorial

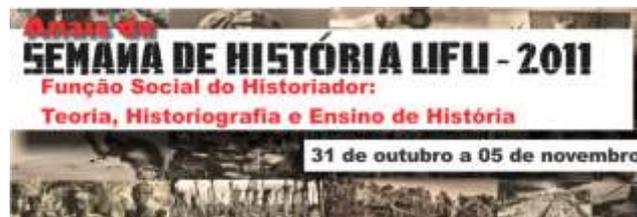


V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

um processo histórico em que o novo e o velho co-existem. Ao mesmo tempo em que a cidade se modifica em função de novos modos de produção, ela também se reproduz, dessa forma os novos cidadãos emergem de uma estrutura posta, *a priori*. Assim, o modelo da cidade (como ela propicia formas de sociabilidade entre os homens, disposição do espaço e do tempo) naturalmente, reflete nas formas em que, de fato, os cidadãos se relacionarão.

Tomando a cidade como uma formação histórica, encontramos alguns modelos que ainda existem como memórias sociais de cidades que persistiram e possibilitaram o surgimento de cidades anteriores e, portanto, da nossa sociedade atual. Um exemplo disso a cidade helênica que, no auge da sua expressão democrática, ainda retorna aos imaginários de um modelo ideal de cidade: a *polis* grega. Serviu como referencia para as utopias socialistas em que “o domínio político aparece como solidário duma representação do espaço” (SEABRA, 1986)

Numa análise mais profunda das cidades helênicas, Lewis Mumford procura descrever de forma menos romantizada, chamando a atenção das condições precárias de higiene e de infra-estruturas, para a ausência de racionalização ou planejamento na forma das ruas de forma que só os moradores saberiam se orientar, desnorteando e protegendo-os de invasores. E nessa atmosfera caótica das cidades helênicas, ele argumenta, os atenienses puderam se desenvolver espiritualmente e intelectualmente porque a cidade era vista como dos cidadãos e sua arquitetura e espaços, por excelência públicos, iam se construindo, de fato, pelas representações democráticas e cívica que os seus habitantes almejavam ao mesmo tempo que as formas que a cidade ia assumindo possibilitava que as práticas de cidadania se perpetuasse. E essa condição paradoxal foi fundamental para seu crescimento. “... a vida que continha era mais significativa que o recipiente” (A cidade na história; Mumford, L. Capítulo VI). Atenas contemplava a pluralidade, as virtudes, culto ao corpo, expressões artísticas, a democracia materializada, sobretudo, por meio da *Ágora*, num sentido horizontal (igualdade e reciprocidade entre os cidadãos atenienses) e também num sentido vertical, na *Acrópole* (morada dos deuses). Acrescia à noção de cidade a noção de cidadão livre e dessa experiência, um novo tipo de homem. E por ser livre, o cidadão grego podia experimentar abertamente todas as dimensões artísticas. Cabe a ressalva, todavia, que toda essa expressão de liberdade



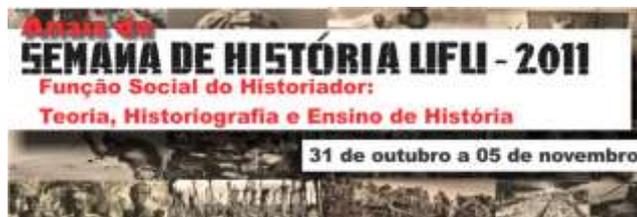
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

se dava na medida em que se traduzia em tempo livre. Tempo este que só era possível à custa do trabalho escravo e que não era considerado participe da condição de cidadão.

Se foi a partir de todos esses elementos que pode se desenvolver o ideal de cidadão, que na sua plenitude exercia formas de sociabilidade que continham a crítica social, a liberação, expressão artística, etc. Em contrapartida, o desenvolvimento no sentido contrário, ou seja, do foco no “recipiente”, na racionalização e ordenação do espaço urbano suplantaram os cidadãos. Essa transição se deu desde Platão que subestimou o desenvolvimento plural dos cidadãos livres na busca de um ideal de cidade bem demarcada inclusive pela quantidade populacional à produtividade (dividindo a cidade em classes de filósofos, guerreiros, artesãos e agricultores) e esquecendo-se das próprias condições que se fizeram presentes para a formação da polis grega e do seu mestre, Sócrates: a pluralidade e a igualdade, a democracia, a liberdade que todos tinham de explorar todas as dimensões humanas. Aristóteles, ainda que reconhecesse a necessidade da variedade, não conseguiu absorver os mercadores e artesãos no seu protótipo de cidade ideal, sobretudo. Apenas tornou a cidade de Platão mais prática por uma concepção naturalista em que a sociedade deveria desenvolver um potencial já contido na natureza.

Com o declínio da Grécia e a ascensão de Roma, passou-se claramente a predileção pelos ideários de uma cidade ordenada, onde imperavam expressões de poder que padronizava e incorporava grandes massas, até mesmo por causa do seu modo de produção militar enquanto um Império, que mantinha uma interdependência administrativa e econômica com as colônias ao mesmo tempo em que esta era “livre”. Como um “centro urbano de poder em expansão”. E não é por menos que vemos adiante sua marca no imperialismo britânico, por exemplo. Em Roma, as formas de poder mediante o monumentalismo em detrimento dos cidadãos adiantam estratégias de dominação utilizadas por Hitler na Alemanha nazista e que levou as últimas consequências o impulso já contido na idéia de modernização de um ideal racional, asséptico e em cujo fundamento do controle esta na homogeneização e uniformização dos indivíduos.

Os romanos levaram adiante a ordem estética helênica a uma função prática em que a Acrópole e a Ágora configuravam uma unidade (a religião e a cidadania). Essa ordem também



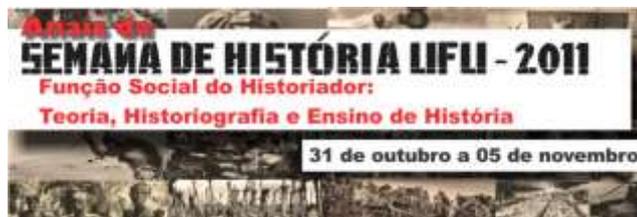
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

se aplicava na estratégia de manutenção das colônias uma vez que a variedade era mantida para assegurar a unidade da própria Roma. Mas toda a exuberância nas formas arquitetônicas e a ordem da cidade (o recipiente), salvo que assim como Platão e Aristóteles, Roma também deixou a esmo os habitantes menos privilegiados das aberrações onde o saneamento não conseguiu alcançar, deixavam o conteúdo fraco e mesquinho.

Até então, as cidades tinham sido privadas do sonho platônico por não dispor dos mecanismos tecnológicos de domínio da Natureza e do controle social então desenvolvidas pela Indústria no Sec XVIII. Sem embargo, o surgimento das indústrias viabilizou a formação de uma cidade socialmente dividida. A primeira forma a se operacionalizar foi a Coketown, nela toda a expressão humana se desenvolve em função da indústria. A cidade dispõe de vários mecanismos de controle da atividade e do tempo dos cidadãos. E como a ordem é a produtividade sessão os diálogos e a experiência total de vida. Além da intensa degradação física do espaço como amontoados de lixo e detritos fabris, ao individualizar os indivíduos e consumir seu espírito e corpo degradaram-se, sobretudo, as formas de sociabilidade.

Munford, anteviu muitos dos aspectos do desenvolvimento cultural modernista e do seu subseqüente mal-estar moderno em relação aos impactos ambientais e sociais trazidos pela tecnologia. Destarte a devastação do espaço público e do conteúdo se prolongou pelo crescimento populacional que as cidades não conseguiram absorver, orientadas pelo caos padronizado. Caracterizam-se dois processos: a expansão vertical e horizontal. Na primeira, grandes edifícios restringem os espaços, isolando os indivíduos à medida que grandes concentrações inibem os diálogos e os barulhos invadem o espaço privado. Mesmo nos lugares públicos nas grandes cidades, o ambiente de anonimato e insegurança, onde a divisão de classes sociais acentua a violência ao coibir os indivíduos de exercerem plenamente suas atividades sociais, descaracterizando os habitantes da sua cidade, onde o próprio ambiente de trabalho competitivo legitima a violência, expulsão os cidadãos.

No segundo, a expansão horizontal, pela própria apropriação do solo, o que implica problemas de locomoção de automóveis, e à sua necessidade problemas ambientais referentes à emissão dos gases poluentes e a especulações imobiliárias uma vez que terrenos valorizados podem se tornar inocuados, improdutivos. Os problemas ambientais também decorrem da



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

busca de mercado tornando as mercadorias produtos descartáveis. Essa segunda característica também recai sobre a divisão espacial hierárquica, entre segmentos de classes sociais. No seu aspecto mais nítido a formação das favelas.

E preciso em primeiro lugar atentar sobre preceitos e as implicações que cercam o conceito favela. Muitas vezes consideramos seus habitantes invariavelmente produtos da violência, e por isso não devem ter acesso aos centros urbanos, e que da estrutura caótica das favelas não podem emergir formas de cidadanias. Isto é, ao julgarmos os movimentos e a vida na favela segundo nossa lógica do planejamento urbano racional, tendemos a reduzir qualquer expressão que possa emergir da favela a um estado patológico de caos, uma extensão da vida urbana que “deu errado”. Com isso não só subsumimos a possibilidade de expressões culturais válidas, isto é, assumir que formas de existência, dotadas de uma lógica própria possam emergir da favela, como legitimamos o uso da violência como modos de correção.

Assim argumentamos que práticas cidadãs dependem menos de políticas de controle e de planejamento urbano, de uma espécie de ordem que constrange seus cidadãos, mas do seu inverso: de uma vida em sociedade que dê lugar a realização plena dos indivíduos, através da arte, das ciências, filosofias, trabalhos artesanais. Entretanto se pensarmos sobre a cidade helênica como um recipiente desordenado e apesar disso um ambiente propício para formação do cidadão e, além disso, o homem como um ser social, naturalmente, os favelados estabelecem relações sociais que podem sim caminhar para formas de cidadania.

Isto é, formas de cidadania são também capengas nos grandes centros urbanos como na favela porque a vida na nossa sociedade subordina a liberdade em razão de uma lógica de produção e de controle do tempo e da vida de tal modo que o recipiente suprime o seu conteúdo (o desenvolvimento pleno e livre dos seus cidadãos).

Se considerarmos que a favela não deve estar subordinada aos imperativos formas da cidade porque se tratam de esferas distintas, por outro lado, a tese de Mumford, aqui apresentada, nos parece extremamente atual e relevante para repensarmos alguns axiomas do nosso pensamento ocidental, herdados desde Platão. Assim assistimos a segmentação as áreas do conhecimento com a alegação de uma racionalidade que esvazia os sujeitos, que restringe a



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

experiência social a formas unidirecionais e que são responsáveis pelo retraimento da vida e da consciência pública e tende a assumir políticas violentas de combate nas favelas.

Referencias bibliográficas

MUMFORD, L. *A cidade na história*; São Paulo, Martins Fontes, 1998; Pág. 177 à 266 e pag. 483 à 520.

Seabra, A. J. *Os labirintos da cidade*, 1986, publicado na Revista Eletrônica Babel. Disponível em: www.lxxl.pt/babel, acessado dia 25/ 11/2009